



**ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS,
PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO**

RELATÓRIO E CONTAS

DO

EXERCÍCIO DE 2018

IPSS – E RECONHECIDA COMO PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA DESDE 03-03-2010
SEDE : Rua Gen.Humb. Delgado, S/N – Parque da Juventude – Casal do Marco
2840-076 Casal do Marco – União das Freg. do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires
E-mail: aurpicm@gmail.com site: www.aurpicm.pt



ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO

Introdução

Serve o presente documento, para a Direção apresentar o Relatório e Contas do Exercício de 2018, aos Associados e Entidades Oficiais, nomeadamente ao Poder Local Autárquico, à Seg. Social e aos nossos representantes: CNIS, UDIPSS de Setúbal e UARPICS.

Cumpre-nos relembrar que o nosso âmbito de ação abrange uma faixa de território com cerca de 13.500 habitantes, onde existe uma enorme bolsa de miséria que urge acudir. É imperioso é urgente a construção do Centro de Dia de proximidade e SAD do Casal do Marco.

A Carta Social do Município do Seixal, apresentada no dia Internacional da Mulher e, integrada nas comemorações dos 45 anos do 25 de abril, é uma ferramenta, é um instrumento fundamental e rigoroso, baseado num diagnóstico que tem sido aperfeiçoado nestes últimos 15 anos, está perfeito. É uma estimativa de Investimentos em Equipamentos Sociais, absolutamente necessários, no Município do Seixal. para fazer face às necessidades de uma população demasiada envelhecida, do nosso concelho.

A georreferenciação e o critério rigoroso da construção de 21 tipologias de Equipamentos Sociais, incluindo 4 ERPI, neste horizonte temporal de 10 anos, só será possível, através de financiamento governamental e da Comunidade Europeia, que o Município do Seixal, irá diligenciar junto das Entidades competentes, tem o nosso total Apoio.

A prioridade da construção das ERPI, está assim definida, com a qual concordamos:

1. ERPI de Corroios;
2. ERPI do Casal do Marco;
3. ERPI do Pinhal dos Frades;
4. ERPI de Fernão Ferro

A Direção,

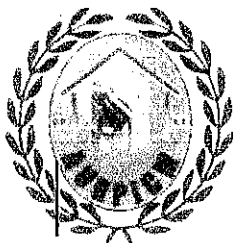
IPSS - E RECONHECIDA COMO PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA DESDE 03-03-2010

SEDE: RUA Gen. Humb. Delgado, S/N - Parque da Juventude • 2840 - 076 CASAL DO MARCO - SEIXAL

Contactos: 218 005 675 • 965 879 071

Contribuinte: 509 047 963

e-mail: unr@seixal.gov.pt



ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO

PROVEITOS GLOBAIS	ANO 2018
	VALOR
Quotas	4.990,00 €
Joias	10,00 €
Donativos	122,50 €
Restituição IRS	157,79 €
Excursão	950,50 €
Quermesse	1.829,30 €
Almoço de natal	2.790,00 €
Festa S. Martinho	0,00 €
Aniversário	324,24 €
Ferías	10.907,50 €
Convívios diversos	1.359,92 €
Subsidio Junta freguesia Paio Pires	750,00 €
Subsidio Camara Municipal do Seixal	31.210,00 €
total proveitos	<u>55.401,75 €</u>

CUSTOS GLOBAIS	ANO 2018
FORNECIMENTOS SERVIÇOS EXTERNOS	VALOR
Material Escritorio	612,77 €
Trabalhos especializados	10.979,71 €
Coroa funeraria	0,00 €
Artigos alimentares	1.031,95 €
Ferramentas e utensilios	40,40 €
Artigos para oferta	0,00 €
Outros materiais	116,72 €
Almoços convívio e férias	12.312,50 €
Limpeza	31,73 €
Segurança	534,17 €
Aluguer autocarro	1.460,00 €
Quotas/filiação	180,00 €
Comunicação	689,59 €
donativos em especie	0,00 €
Serviços bancários	28,08 €
Taxas	1.300,00 €
	<u>29.317,62 €</u>
total dos custos	<u>29.317,62 €</u>
COMPRA DE IMOBILIZADO	<u>0,00 €</u>

RESUMO RESULTADO OBTIDO	2018
TOTAL PROVEITOS	55.401,75 €
TOTAL CUSTOS	29.317,62 €
AMORTIZAÇÕES EXERCICIO	335,86 €
RESULTADO SETEMBRO	<u>25.748,27 €</u>

19 de Fevereiro de 2019

DIRECCÃO
Beirto
Natalia Pais
M.A. Morais

CONSELHO FISCAL
João
Paulo

IPSS - E RECONHECIDA COMO PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA DESDE 03-03-2010
SEDE: RUA Gen. Humb. Delgado, S/N - Parque da Juventude • 2840 – 076 CASAL DO MARCO – SEIXAL
Contactos: 218 005 675 • 965 879 071
Contribuinte: 509 047 963



ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO

BALANÇO

ANO 2018

		VALOR
TOTAL DE RECEITAS	+	55.401,75
		-
TOTAL DE DESPESAS	-	29.653,48
		-
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	=	25.748,27
		-
RESULTADOS TRANSITADOS		87.695,73
		-
IMOBILIZADO		57.824,74
		-
Adiantamento a fornecedores		922,50
		-
Fornecedores		442,80
		-
IVA a receber das obras		2.369,00
		-
SALDO FINAL	=	52.770,56

DISPONIBILIDADES

VALOR

SALDO DO BANCO	52.707,25
SALDO CAIXA	63,31
SALDO DE DISPONIBILIDADES	52.770,56

19 de Fevereiro de 2019

DIRECÇÃO

[Handwritten signatures of the Board of Directors]
Bento
Bento
Natalina
M.A. M. M.

CONSELHO FISCAL

[Handwritten signatures of the Fiscal Council]
S. S. M.
J. M.



ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO

RELATÓRIO DO ANO DE 2018

Vem esta direcção apresentar o relatório de contas final referente ao ano de 2018.

O saldo de bancos que transitou de 2017 para o ano de 2018, era de 26.676,50€.

Durante o ano de 2018 receberam-se receitas no valor de 55401,75€, em que a rubrica que se destaca são as quotas no valor de 4.990€. Foi recebido a título de subsídios da CMS o valor de 31.210€ e da junta de freguesia de Paio Pires o valor de 750€.

A nível dos valores pagos, os valores que mais se destacam são despesas com almoços convívio e férias no valor 12.312,50€ e trabalhos especializados no valor de 10.979,71€ que inclui despesas com o arquiteto no valor de 10.455 euros. As despesas atingiram o valor de 29.317,62€.

No ano de 2018 obteve-se, assim, um resultado líquido positivo no valor de 25.748,27€.

O saldo de disponibilidades no final de 2017 era de 26.749.29€.

O saldo de disponibilidades no final de 2018 era de 52.770,56€.

Casal do Marco, 19 de Fevereiro de 2019

Direcção
[Handwritten signatures]
Natalia Pais
M. A. Moreira

Tesoureiro
[Handwritten signature]

Conselho fiscal
Sergio Mateus
[Handwritten signature]



ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CASAL DO MARCO

RELATÓRIO DO ANO DE 2018

No exercício das suas funções, o Conselho Fiscal analisou os documentos referentes à prestação de contas da associação referente a 2018, aprovado pela direção da associação.

Analisados os documentos acima referidos, verificou-se a coerência demonstrada através dos números apresentados e os documentos justificativos.

Confirmamos assim que o saldo de bancos que transitou de 2017 para o ano de 2018, era de 26.676,50€.

Durante o ano de 2018 receberam-se receitas no valor de 55401,75€, em que a rubrica que se destaca são as quotas no valor de 4.990€. Foi recebido a título de subsídios da CMS o valor de 31.210€ e da junta de freguesia de Paio Pires o valor de 750€.

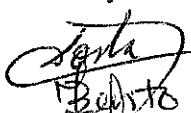

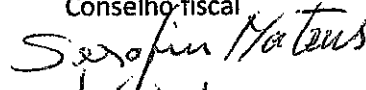
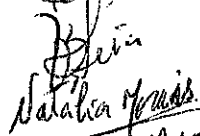
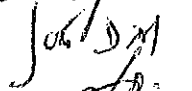
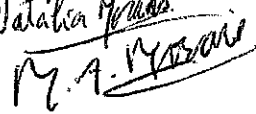
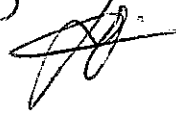
A nível dos valores pagos, os valores que mais se destacam são despesas com almoços convívio e férias no valor 12.312,50€ e trabalhos especializados no valor de 10.979,71€ que inclui despesas com o arquiteto no valor de 10.455 euros. As despesas atingiram o valor de 29.317,62€.

No ano de 2018 obteve-se, assim, um resultado líquido positivo no valor de 25.748,27€.

O saldo de disponibilidades no final de 2018 era de 52.770,56€.

Posto isto, o Conselho Fiscal aprova o relatório de contas apresentado pela direção referente ao ano de 2018.

Casal do Marco, 19 de Fevereiro de 2019

Direcção	Tesoureiro	Conselho fiscal
 Beirão		 Serafim Mateus
 Natália Mendes		 João D.M.
 M.A. Mesquita		

Balço em 31 de Dezembro de 2018

Rubrica	Notas	(em euros)	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		57.824,74	58.160,60
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		57.824,74	58.160,60
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos		2.369,00	13.286,99
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos			
Outros ativos correntes		922,50	922,50
Caixa e depósitos bancários		52.770,56	26.749,29
Total ativo corrente		56.062,06	40.958,78
Total ativo		113.886,80	99.119,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		87.695,73	90.445,67
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período		25.748,27	8.168,05
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		113.444,00	98.613,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		442,80	505,66
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes			
Total passivo corrente		442,80	505,66
Total passivo		442,80	505,66
Total fundos patrimoniais e passivo		113.886,80	99.119,38

CC
 H. Costa
 CC 3743

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2018

		(em euros)	
	Notas	2018	2017
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados		23.161,46	22.378,03
Subsídios, doações e legados à exploração		32.082,50	2.541,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(27.809,54)	(16.442,78)
Gastos com o pessoal			
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		157,79	418,27
Outros gastos		(1.480,00)	(288,63)
Total resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		26.112,21	8.605,89
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(335,86)	(335,86)
Total resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		25.776,35	8.270,03
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(28,08)	(101,98)
Total resultado antes de impostos		25.748,27	8.168,05
Imposto sobre o rendimento do período			
Total resultado líquido do período		25.748,27	8.168,05

CC
 J. L. P.
 CC3743

ANEXO DO ANO DE 2018

JAJ

1 - Nota introdutória

A empresa ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, P.I. DO CASAL DO MARCO, com sede em Rua do desembargador, nº 72 1º Dtº, Casal do Marco, 2840-023 Seixal, foi constituída em 07 de Julho de 2009, e tem como atividade principal Outras atividades associativas.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras da empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico.

3.2 - Ativos Fixos Tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis. Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das linha recta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os activos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	1 a 50
Equipamento básico	1 a 20
Equipamento de Transporte	2 a 4
Equipamento administrativo	1 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.3 - Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas, consoante a sua natureza.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados nas respetivas rubricas. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.4 - Especialização dos exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de Outras contas a receber e Diferimentos (correntes e não correntes) no ativo e Outras contas a pagar e Diferimentos (correntes e não correntes) no passivo.

3.5 - Rédito

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização pelo Justo Valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período em que são prestados.

3.6 - Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

3.7 - Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor., enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

3.8 - Contas a pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores, outros credores e acionistas) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente. Estas contas são mensuradas ao preço de custo.

3.9 - Contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo ou custo amortizado menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

4 - Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 é como segue:

	31.12.2018	31.12.2017
Numerário	63	73
Depósitos Bancários:	52.707	26.676
TOTAL CAIXA E DEP. BANCÁRIOS	52.771	26.749

5 - Ativos fixos tangíveis:

As quantias escrituradas brutas e depreciações acumuladas no início e fim do período apresentam-se como segue:

31.12.2018	Quantia Escriturada	Deprec. e P.Imparidade	Total
Equipamento básico	3.534	3.447	87
Equipamento administrativo	758	520	238
Outros Ativos Tangíveis	57.764	264	57.500
TOTAL	62.056	4.231	57.825
31.12.2017			
Equipamento básico	3.534	3.381	153
Equipamento administrativo	758	283	475
Outros Ativos Tangíveis	57.764	231	57.533
TOTAL	62.056	3895	58.161

6 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	ano 2018	ano 2017
Saldos Devedores		
Iva suportado	2.369	13.287
Total	2.369	13.287

7 - Outras contas a receber

Esta rubrica detalha-se como segue:

Outras contas a receber	ano 2018	ano 2017
Fornecedores	922.50	922.50
Total	922.50	922.50



8 - Réditos

Em 31-12-2018 e 31 de Dezembro de 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2018	31-12-2017
Prestações de Serviços	23.161	22.378
Subsídios	32.083	2.541
Outros rend. e ganhos	158	418
TOTAL	55.402	25.337

9 - Vendas e Prestação de Serviços

Em 31-12-2018 e 31 de Dezembro de 2017 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Contas	Nacional 2018	Total 2018	Nacional 2017	Total 2017
Prestação de serviços	23.161	23.161	22.378	22.378
Total	23.161	23.161	22.378	22.378

10 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31-12-2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	Exercício 2018	Exercício 2017
Material de escritório	613	924
Comunicação	690	851
Artigos alimentares	1.118	1.214
Eventos	13.773	12.388
Ferramentas e utensílios	70	0
Notário	82	0
Limpeza, higiene e conforto	32	42
Vigilância e segurança	534	561
Trabalhos especializados	10.898	463
TOTAIS	27.810	16.443

11 - Outros rendimentos e ganhos

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos períodos findos em 31-12-2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Subsídios exploração donativos	31.960	1.700
	123	841
TOTAL	32.083	2.541

12 - Outros gastos e perdas

A repartição dos outros gastos e perdas nos períodos findos em 31-12-2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Impostos		
Taxas	1.300	
Outros	180	101
TOTAL	1.480	101

13 - Juros e gastos similares suportados

A repartição dos outros gastos e perdas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Outros	28	289
TOTAL	28	289

14 - Gastos / Reversões com depreciações

Nos exercícios findos em 31-12-2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

Rubrica	Gastos 2018	Total 2018	Gastos 2017	Total 2017
Ativos fixos tangíveis	336	336	336	336
Totais	336	336	336	336

15 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31-12-2018.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

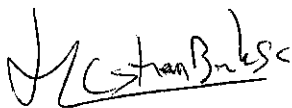
As contas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de Março de 2019 .

16 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Seixal, 15 de Março de 2019

O C.C.


CC3743

O representante legal

